PROVIMENTO N° 328/2016
(Revogado pelo [Provimento Conjunto nº 93/2020](#))

Acrescenta dispositivo ao [Provimento nº 260](#), de 18 de outubro de 2013, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro.

O **CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do [Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o [Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça nº 52](#), de 14 de março de 2016, que “dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida”;

CONSIDERANDO que o [Provimento nº 260](#), de 18 de outubro de 2013, “codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais relativos aos serviços notariais e de registro”;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as disposições do [Provimento da CGJ nº 260](#), de 2013, às regras inseridas pelo [Provimento da CNJ nº 52](#), de 2016;

CONSIDERANDO a decisão do Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria, na reunião realizada em 28 de junho de 2016;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos autos nº 2012/58196 - CAFIS,

PROVÊ:

Art. 1º O [Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 260](#), de 18 de outubro de 2013, fica acrescido do art. 467-A, com a seguinte redação:

“Art. 467-A. O registro de nascimento dos filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, bem como a emissão da respectiva certidão, será realizado segundo as regras contidas no [Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça nº 52](#), de 14 de março de 2016, observadas, no que couberem, as disposições deste Provimento.”.

Art. 2º Este Provimento entra em vigor em na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de julho de 2016.

Desembargador ANDRÉ LEITE PRAÇA
Corregedor-Geral de Justiça